

Arqueologia e geoestratégia: as fronteiras imperiais e o uso das fontes arqueológicas (1838-1877)

LÚCIO M. FERREIRA

Mestrando em História na Unicamp

RESUMO O objetivo deste artigo é o de discutir a articulação entre a prática arqueológica e o projeto político imperial, entre Arqueologia e Geoestratégia.

ABSTRACT The aim of this paper is to discuss the articulation between the archaeological practice and the Imperial political scheme, between Archaeology and “Geostrategy”.

Palavras-Chave: Arqueologia, Geoestratégia, projeto político Imperial

Key-Words: Archaeology, “Geostrategy”, Imperial political scheme

Existem poucos estudos sobre a História da Arqueologia Brasileira¹. O que pode ser atribuído, por um lado, ao fato de que a Arqueologia, no Brasil, somente após 1950 constituiu-se como disciplina acadêmica, integrando-se aos quadros efetivos das Universidades (PROUS: 1992; FUNARI: 1994; 1999b; 1999/2000). Disciplina ainda incipiente entre nós, somente agora, na virada dos anos 1980, uma geração de arqueólogos

¹ Cf. Barreto (1992); Barreto (1999; 1999/2000); Funari (1989; 1991; 1994; 1995; 1998; 1999a; 1999b); Meggers (1985); Souza (1991); Prous (1992).

princípios a deixar para trás o *establishment* arqueológico de seus predecessores, fundado, durante a Ditadura Militar de 1964, por Betty Meggers e Clifford Evans, mentores intelectuais do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Somente agora os levantamentos oportunistas e descontextualizados de sítios arqueológicos (NEVES: 1995), o “positivismo ingênuo” (FUNARI: 1995), o determinismo mesológico e o modelo histórico-cultural, embora ainda atuantes, cedem lugar ao pluralismo teórico (FUNARI: 1994; 1995; 1998; 1999a; 1999b; 1999/2000), a abordagens que visam enfatizar a sociodiversidade (NEVES, 1999) e explicar a ocupação humana de diferentes regiões brasileiras (NOELLI: 1999/2000; NEVES: 1999/2000; REIS: 1999). Há, ainda, nesta reviravolta crítica, quem queira firmar, a despeito de um tênue elogio ao PRONAPA, uma Arqueologia nacional, voltada aos problemas e às singularidades das fontes arqueológicas brasileiras (BARRETO, 1999; 1999/2000). Assim, diante de uma tarefa hercúlea — ampliar a formação e a qualificação de novos arqueólogos, intensificar abordagens regionalistas, verificar tradições arqueológicas estabelecidas, confrontar abordagens infensas ao pluralismo com suas correlatas práticas alicerçadas no provincianismo, paroquialismo e compadrio —, os arqueólogos pouco tempo têm para voltar-se para os arquivos e textos históricos². Daí que, conquanto em alguns casos os artigos sobre a História da disciplina possam ser vistos como o louvável resultado de uma radical reavaliação crítica, todos eles, não obstante, apresentam sínteses históricas, narrativas que descrevem as *Arqueologias*, situadas em diferentes idades e geografias, reduzindo-as em sua diversidade. Vistos em feixe, todos eles historicizam a trajetória da arqueologia brasileira, delineiam uma unidade que, arraigada nos axiomáticos conceitos de influência e evolução, finda por totalizar a disciplina. Não levam em conta que uma unidade discursiva recebe diferentes conotações em diferentes organizações teóricas e políticas.

A carência de estudos sobre períodos específicos da Arqueologia brasileira, por outro lado, pode ser explicada pela marginalização e a baixa tradição que, no Brasil, marcam as pesquisas em História das Ciências, Intelectual ou das Idéias. Os cultores destes gêneros de pesquisa ainda não atentaram para os textos e arquivos da Arqueologia³, para a História desta disciplina que, pelo menos durante o Império, é parte da

2 Recentemente, Noelli (1999/2000) enfatizou a necessidade de se conhecer os detalhes da História da Arqueologia do Sul do Brasil, notadamente a do século XIX. O que depende de “uma pesquisa nas publicações e arquivos das instituições para termos a exata medida do que se pensava e se pretendia” (p.222). No que se refere à Arqueologia oitocentista, as instituições a serem pesquisadas são: o Museu Nacional (1876), o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (1868), o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Alagoas (1869), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1896), o Museu Paulista (1895) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), objeto de análise deste artigo.

3 Note-se que as obras de referência sobre a História das Ciências no Brasil não contemplam a Arqueologia. Cf. Azevedo (1956); Ferri & Motoyama (1987-1981); Miceli (1989).

História da construção da idéia de Brasil. É a História de um saber que dotou um espaço, o Brasil, de um texto e de uma imagem, de uma visibilidade e de uma dizibilidade, tornando-o uma poderosa arma nas lutas políticas nacionais. É a História da fabricação de identidades sociais, da manipulação do passado e da memória, de um discurso que incluiu e excluiu grupos sociais. É a História de uma disciplina imbuída de um projeto político, de uma tática e de uma tecnologia de dominação, é a História de um saber que intentou viabilizar, durante o Império, uma certa ordem social. A História da Arqueologia Imperial é geoestratégia e biopoder⁴, é a História da construção e legitimação dos contornos do território nacional, da tentativa de civilizar e sujeitar as populações indígenas.

É uma pequena fração desta História que, neste artigo, eu gostaria de examinar. Tomando como *locus* o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pretendo analisar os critérios políticos e intelectuais que permearam o uso das fontes arqueológicas pela Arqueologia Imperial⁵. Se uma instituição é sempre um pensamento histórico sedimentado, se suporta sempre uma forma de pensamento, a compreensão dos saberes por ela investida implica na escansão de suas regras de formação com os seus efeitos de poder, de suas redes discursivas e imbricações em estratégias políticas (FOUCAULT: 1973; 1986; 1987; 1995; 1999). Trata-se, portanto, de extrair da espessura do discurso as condições de possibilidade de sua História. Meu objetivo, contudo, é menos o de incidir sobre as diferentes formações discursivas da disciplina e seus principais teóricos, e mais sobre as táticas que permitiram à Arqueologia Imperial, por meio das fontes arqueológicas, angariar elementos com o fito de legitimar as fronteiras internas e externas do Brasil Imperial⁶. Por outra, darei maior ênfase aos pontos de intersecção entre Arqueologia e geoestratégia, entre a Arqueologia e o projeto político imperial.

O IHGB e o sistema de dominação monárquico: uma ciência do Estado

“...a coleção de nossas revistas se tem tornado em cofre precioso, onde se guardam em depósitos tesouros importantíssimos; e a leitura delas será muitas vezes frutuosa para o ministro, o legislador

4 Sobre o conceito de biopoder, procurar em Foucault (1988; 1999).

5 Sobre o IHGB, Cf. Poppino (1953); Schwarcz (1993; 1998); Wehling (1989), e, especialmente, Guimarães (1988; Cf. também seu artigo em Wehling, 1989: 21-42), autor fundamental para se entender o projeto historiográfico do IHGB, seus temas e sua articulação com o projeto político imperial.

6 Sobre a institucionalização da Arqueologia Imperial, suas formações discursivas e respectivos teóricos entre 1838 e 1877, Cf. Ferreira (1999; 1999b).

e o diplomata, e em uma palavra para todos aqueles que não olham com indiferença as coisas da pátria...”

(Joaquim Manoel de Macedo. *RIHGB*, (15): 480-512, 1852)

Entre 1831 e 1848, o Império enfrentou uma série de levantes regionais, insurreições desencadeadas por grupos populares em consonância com as elites locais. Revoltas que mostravam que a unidade política e territorial do Império em construção continha pontos frágeis, fissuras que precisavam ser vedadas. Sufocados os conflitos, a Coroa, a partir de 1850, fortaleceu o seu sistema político, cujos traços característicos foram a aliança grande lavoura — grande comércio, a Monarquia com a prerrogativa do Poder Moderador, a centralização e a baixa representatividade. Para efetivar este sistema de dominação, a Monarquia efetuou um conjunto de reformas legislativas: a Lei de Terras de 1850, que somada à escravidão garantiu a base econômica do grande comércio e da grande lavoura; o reforço do parlamentarismo com a volta do Conselho de Estado em 23 de novembro de 1841; a centralização da Guarda Nacional em 1850; a Lei de 3 de dezembro de 1841, que teceu uma rede policial sobre as províncias centralizada no Ministério da Justiça; e a Reforma Eleitoral de 1855, instauradora do voto distrital, que permitiu maior diversidade de representação e autenticidade dos representantes das províncias. Tais reformas, acrescidas à vitaliciedade do Senado e ao sistema bipartidário, cuja hegemonia baseou-se no consenso entre conservadores e liberais, foram estratégias da política de Conciliação levada a cabo pela elite política imperial, cujo auge foi representado pelo Ministério (1853-57) do Marquês do Paraná (Honório Carneiro Leão). Redundaram na centralização político-administrativa e na legitimidade da Monarquia frente aos setores dominantes do Império⁷.

O sistema social de dominação monárquico, entretanto, não foi sustentado somente por meio de estratégias jurídicas. Ora, um certo número de alternativas analíticas, pensadas a partir de variados lugares teóricos e institucionais, têm demonstrado que o poder, longe de ser exclusivamente piramidal e descendente, é difuso e microfísico, permeia-se e insinua-se, ao longo da sociedade, em práticas simbólicas e culturais, nos discursos e na cultura material (BOURDIEU: 1998; GEERTZ: 1992; SAHLINS: 1990; SHANKS e TILLEY: 1987; HODDER: 1995; JONES: 1997; CHARTIER: 1990; 1999; LACAPRA: 1985; 1989). A perspectiva aberta pelos trabalhos de Foucault, por seu turno, mostra-nos que um saber não se constitui propriamente como ideologia, mas como tática política e estratégia; permite-nos pensar historicamente, com efeito, como o po-

7 Cf. Faoro (2000: 355-382)

der produz saber e o saber produz poder. Deslocando-se, portanto, do modelo jurídico de análise do poder, pode-se notar a relevância do IHGB para o projeto político centralista do Império. O Instituto, como os seus congêneres da Europa, foi financiado diretamente pelo Estado nacional, tornando-se o lugar social privilegiado de onde se falava e se olhava o Brasil, fórum a partir do qual se discutiam os problemas econômicos, políticos e sociais da quadra histórica em questão⁸. Como campo de saber e de poder, a função primordial do Instituto foi a de lançar uma rede epistemológica sobre o Brasil, sobre o seu território em formação e suas populações, sobre suas riquezas naturais e sobre os grupos sociais aptos a povoar e a civilizar as províncias imperiais.

De maneira que, no interior do IHGB, formou-se todo um ambiente de História, um espaço arquivístico onde se classificaram e se ordenaram documentos escritos, arqueológicos, lingüísticos, geológicos e biológicos (Cf. os estatutos do IHGB, tomo 1: 1939). Solo de onde brotou um discurso sobre a natureza, numa perspectiva da História Natural, e um discurso historiográfico, de acordo com os parâmetros de cientificidade e do Romantismo do século XIX. Lugar de produção de um saber sobre o Brasil, onde se inter cruzaram dados e métodos. Ao saber geográfico, maior conhecimento do espaço da Nação, ao que as expedições de História Natural, arqueológicas e etnográficas viriam auxiliar. Ao saber historiográfico preocupado em escrever uma genealogia da Nação, maior conhecimento dos habitantes primitivos assentados no território, as sociedades indígenas, passíveis de serem o corolário de um processo histórico continuista e linear, carimbado pelo selo do progresso e encabeçado por uma “civilização branca”. Ato contínuo, seria impossível conhecer as sociedades indígenas sem realizar expedições científicas, sem viajar para olhar e registrar. Olhar abrangente e registro totalizador, que não se limitavam aos interesses etnográficos e arqueológicos. Tinham também objetivos geopolíticos. Dirigiam-se às regiões e áreas de fronteiras, avaliavam os seus recursos e possibilidades de exploração econômica, vigiavam e fiscalizavam suas instituições, mensuravam seus contornos físicos e esquadriavam suas populações. Pelo que se pode notar nas Revistas do IHGB, estes saberes foram articulados com um duplo propósito. Primeiro, tratava-se de compor uma identidade física e social da Nação, uma fisionomia cartográfica e histórica. Segundo, pretendia-se construir uma Ciência do Estado. Não no sentido de uma Ciência política destinada a pensar sobre os aparelhos de Estado, mas no de um *corpus* de saberes e práticas, um conjunto discursivo que deveria acumular materiais e conhecimentos — por meio das “via-

8 Segundo Guimarães (1988), 75% das verbas do Instituto provinham dos cofres do Estado Imperial.

gens inquerito” e da sistematização de documentos — para assegurar o funcionamento do Estado Imperial e viabilizar o seu projeto político centralizador, a estruturação e a convivência social da Nação.

A especificidade da Arqueologia praticada pelo IHGB reside justamente nas funções por ela desempenhadas nesta rede de interpositividades, nas táticas políticas que procurou colocar em circulação.

“Viagens científicas”, coleta de fontes: as margens das fronteiras

A Arqueologia Imperial não pode ser estudada isoladamente, em sua *demarche* própria, pois que foi articulada, pelo IHGB, a uma rede de saberes instituída para se construir um saber sobre o Brasil. Uma rede de saberes que, atuando em bloco, estipularam uma representação do território nacional e estabeleceram *corpora* a fim de legitimar uma certa ordem intentada pelo Império. Dificilmente se escapa, especialmente se estivermos voltados para o século XIX, dos prestígios das classificações à maneira de Comte; esta imagem ordenada dos saberes em direção às matemáticas, entretanto, não se aplica à Arqueologia praticada pelo IHGB. É claro que um saber, como é a Arqueologia, se define pelo horizonte teórico no qual se inscreve, pelo conjunto de enunciados e formulações em que está imerso. Mas, deve-se também considerar como um saber e seus enunciados entram em grades interdiscursivas, colocando-se em campos possíveis de utilização e integrando-se em estratégias políticas.

As expedições exploratórias do território nacional, as “viagens científicas”⁹, financiadas diretamente pelo IHGB, logo às expensas do Estado nacional, englobavam, como já se frisou, uma série de campos de visibilidade e dizibilidade: Geografia, Geologia, História Natural, Etnografia, Antropologia e Arqueologia. A leitura dos relatos de viagens, cuidadosos e detalhados, permite-nos acompanhar um olhar esquadrinhador, ocupado em descrever com minúcia as regiões exploradas. Não somente o comprimento dos rios e das montanhas, as características da flora e da fauna, mas também um rigoroso inventário das riquezas, sejam aquelas latentes no interior de jazidas, sejam aquelas manifestas e que afloravam à superfície. Trata-se de um plano de registro circunstanciado das possibilidades de integração econômica e político-administrativa das províncias, de suas instituições e respectivas populações. Em suma, este olhar que percorria os territórios reunia os materiais necessários — neste sentido, organizava um saber — no intuito de amalgamar as diferentes partes constituintes do Império e, dessa forma, legi-

9 Expressão cunhada por K. P. von Martius (1844).

timar a própria existência da Nação em construção. Daí as “viagens científicas” dirigirem-se prioritariamente às regiões limites, aos espaços pouco conhecidos, como a Colônia de Sacramento, a fronteira com a Guiana Francesa, ao Norte, e a fronteira de Mato Grosso, locais onde os conflitos datavam do período colonial. Por outra, ia-se às regiões distantes ao poder do Estado nacional, sediado no Rio de Janeiro. Neste processo de esquadramento das regiões, estipular um saber capaz tanto de inscrever as fronteiras do Império, quanto de fornecer elementos para se pensar e executar uma política indigenista de integração, eram as funções da Arqueologia, da Etnografia e da Antropologia.

Este é o pano de fundo geoestratégico que circunscreveu a organização e sistematização de fontes arqueológicas. Tarefa a que, já nos primeiros tomos da Revista, se entregaram os intelectuais do IHGB. Em artigo que orientou as linhas mestras do trabalho de coleta de documentos primários, portanto texto respaldado nos princípios da moderna historiografia, Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1841) exortou a prática das expedições arqueológicas. O naturalista bávaro K. F. P. von Martius (1844), por sua vez, no conhecido e tantas vezes já comentado texto que lançou as bases teóricas e metodológicas para as pesquisas historiográficas, arqueológicas e etnográficas a serem concretizadas no Brasil, também incentivou as excursões arqueológicas, fiando-se na evidência de que os indígenas seriam “ruínas de povos” — resquícios de uma antiga civilização que teria habitado toda a América¹⁰. Esta procura por vestígios de civilização fez-se sem se descuidar, contudo, dos propósitos de natureza prática, como pode ser aquilatado nas pesquisas realizadas pelo cônego Benigno José de Carvalho e Cunha, comprometidas em localizar uma cidade abandonada nas matas do Cincorá, sertão da Bahia¹¹. Segundo justificava Januário da Cunha Barbosa, secretário do Instituto, mesmo que material relevante não fosse revelado por essa busca de uma cidade estrusca, poder-se-ia, ao menos, palmilhar e registrar terrenos vantajosos ao Estado, que porventura viabilizariam a integração de novas terras para o cultivo agrícola e o encontro de eventuais riquezas minerais (Cf. *RIHGB*, 3: 528, 1841). Do mesmo modo, as viagens etnográficas e arqueológicas de Gonçalves Dias, efetuadas em 1851, no Norte do país, tiveram também como fito avaliar os estabelecimentos de ensino¹². Destacam-se ainda, nestas excursões científicas

10 Cf. Martius (1844). Martius recomendou estas expedições também através de cartas enviadas ao IHGB. Cf. Carta Lida na 44ª Sessão em 1 de agosto de 1840. *RIHGB*, (2): 401-04, 1840; BARBOSA, Januário da Cunha. Dos Trabalhos do Instituto no Terceiro Ano Social, In: *RIHGB*, (3): 521-37, 1841.

11 Cf. *RIHGB*, (1): 250-77, 1839; *RIHGB*, (3): 197-203, 1841; *RIHGB*, (4): 20-21, 1842; Ofício do Sr. Benigno ao Excelentíssimo Presidente da Bahia. *RIHGB*, (7): 102-105, 1845; 133ª Sessão em 28 de outubro de 1843. *RIHGB*, (5): 402, 1843.

12 Sobre os documentos etnográficos e arqueológicos remetidos ao Instituto por Gonçalves Dias, Cf. *RIHGB*, (21): 484-85, 1858.

pelo interior, as encabeçadas por João da Silva Machado. Grande proprietário na região da futura província do Paraná, dedicava-se ele a experiências de colonização em suas terras e em Mato Grosso. De tais experiências ele enfatizou a importância para promover a integração do país através da ocupação econômica, da abertura de novos caminhos, da garantia das fronteiras, e dos contatos com as populações indígenas locais, notadamente os Cayuás, sobre os quais ele estampou, nas páginas da Revista, um vocabulário¹³.

Neste intercruzamento de viagens científicas com propósitos geoestratégicos, não faltam planejamentos sistematizados, como a organização da Comissão Científica Brasileira (1858-1861)¹⁴. Conforme as discussões a que deu lugar a preparação desta expedição, a Comissão das Borboletas, como ficou jocosamente conhecida, foi encarregada de explorar as províncias do Império (*RIHGB*, 19: 42-73, 1856). Integraram esta comissão, dentre outros, Guilherme Such Capanema, o qual, de imediato, pesquisou a gruta de Quixadá (CE), de onde retirou uma calota humana. O olhar arqueológico, portanto, esteve presente na Comissão, dentre tantos outros olhares que se cadenciavam, tais como os da Botânica, da Geologia, da Mineralogia e os da Astronomia. Outro projeto geral foi o elaborado por Francisco Freire Alemão (diretor da seção de Arqueologia), que tinha como objetivo escrever uma *Carta Geral do Estado Primitivo do Brasil* (*RIHGB*, Tomo 9: 563, 1847). Ora, este projeto, articulado concomitantemente à proposta de criação de uma seção de Arqueologia no IHGB (Cf. *RIHGB*, Tomo 9: 442, 1847), visou não só a obtenção de “objetos arqueológicos”, solicitados aos sócios correspondentes das províncias e aos naturalistas estrangeiros, como também informações sobre as populações indígenas do Império, seus usos, indústrias e costumes¹⁵. O objetivo geral do projeto, pois, parece claro: por meio da descrição e da classificação, do registro minucioso e da coleção, produzir um saber sobre os grupos indígenas, uma cartografia que permitisse localizá-los. Foi em resposta a este plano científico-estratégico que Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-78), o Ranke da historiografia brasileira, escreveu, em 1849, o seu *Etnografia Indígena, Línguas, Imigrações e Arqueologia* (*RIHGB*, 12: 336-79), texto fundamental para se compreender os fundamentos metodológicos da Arqueologia Imperial, conforme ela foi praticada até 1870.

As fontes arqueológicas, bem como os fósseis, tiveram investimentos políticos bastante precisos. Serviram para desenhar os contornos

13 Cf. *RIHGB*, (5): 108-22, 1843; *RIHGB*, (10): 259-61, 1848; *RIHGB*, (19): 344-47, 1857.

14 Para descrições pontuais da Comissão, Cf. Ferraz (1956); Azevedo (1956).

15 Sobre a remessa dos “objetos arqueológicos” e de fósseis, Cf. 108ª Sessão em 20 de julho de 1843. *RIHGB*, (5): 382, 1843; 146ª Sessão em 18 de março de 1846. *RIHGB*, (8): 153-55, 1846; 148ª Sessão em 30 de abril de 1846. *RIHGB*, (8): 289, 1846.

físicos da Nação, para traçar os limites incertos das fronteiras, para assentar marcos científicos nas regiões provinciais, conferindo-lhes um atestado da antigüidade e continuidade da ocupação do solo nacional. A Arqueologia — e a Paleontologia —, neste sentido, lastrava o Direito público, granjeava, aos membros da elite política imperial, o Direito de governar um país continental. A Arqueologia legitimava a constitucionalidade do território nacional, pois, ancorando com as fontes arqueológicas e paleontológicas a ancestralidade da ocupação das regiões, permitia à Monarquia encaminhar a solução política da problemática das fronteiras com as Repúblicas latino-americanas. A ocupação do território, agora atestada não só por fontes históricas¹⁶, mas também pelas arqueológicas, facilitaria, doravante, a delicada demarcação das fronteiras com a “barbárie republicana”. Ora, a própria efetivação de uma seção de Arqueologia, em 1851, materializada nos novos estatutos concebidos pelo IHGB e na mudança de suas instalações para o Paço da Cidade (*RIHGB*, 13: 526, 1851), foi um desdobramento, um vetor da política externa do Império (FERREIRA: 1999a). Provar cientificamente, como se pretendia, a antigüidade do território nacional e de sua ocupação, era particularmente imperativo para o projeto político Imperial, sobretudo nas áreas geográficas adjacentes ao Rio da Prata, palco de conflitos (1825-28; 1850-52; 1864-70) e de interesses comerciais.

Esta tentativa de usar as fontes arqueológicas com fins geopolíticos deu-se de dois modos. Em primeiro lugar, praticando-se uma Arqueologia bibliográfica, se assim se pode dizê-lo, tentava-se demonstrar a existência de um continente além da Eurásia. Ia-se aos textos clássicos, a Homero, a Virgílio e a Platão, a fim de se apontar este antigo continente que viria a ser o Brasil¹⁷. Tentava-se autenticar, nas autoridades do passado, um atestado do nascimento físico-territorial do Estado. Em segundo lugar, as coleções de fósseis recebidas de naturalistas (*RIHGB*, 5: 4-30: 1844) e de Institutos Históricos estrangeiros (*RIHGB*, 8: 416-17, 1846) eram lidas como testemunhas da ancestralidade do “continente brasileiro” e do homem que o habitou. A lição fora aprendida com Peter W. Lund. Suas pesquisas, nas cavernas da Lapa do Sumidouro, em Lagoa Santa (MG), onde ele encontrou fósseis humanos associados a vestígios de megafauna extinta, levaram-no a duas conclusões básicas: que o Brasil seria o mais antigo território do planeta (*RIHGB*, 6: 338, 1844) e que o homem já o habitava “no tempo em que os primeiros raios da História não tinham apontado no horizonte do Velho Mundo” (*RIHGB*, 6:

16 Cf., em Guimarães (1988), as intervenções de Varnhagen nesta discussão sobre os limites do Império.

17 Cf., notadamente, José Silvestre Rebello. Discurso sobre a Palavra Brasil. *RIHGB*, (2): 622-27, 1840; Caetano Alves de Souza Figueiras. Reflexões sobre as Primeiras Épocas da História do Brasil em Geral. *RIHGB*, (19): 398-424, 1856; J. G. Magalhães. Os Indígenas do Brasil perante à História. *RIHGB*, (23): 3-66, 1860; 4ª Sessão em 4 de fevereiro de 1839. *RIHGB*, (1): 47, 1839; 9ª Sessão em 6 de abril de 1839, (1): 111, 1839.

340, 1844). Descobrimos os fósseis de Lagoa Santa, Lund granjeou ao IHGB a oportunidade de figurar com destaque no quadro da Pré-História mundial — afinal, o Brasil possuía um paleoterritório povoado antes que a civilização despertasse na aurora do Velho Mundo! Deu-lhe um estatuto universal e histórico, inscrevendo a indentidade da Nação e de seu território num passado distante, a ser ainda calculado com o auxílio de outros fósseis e fontes arqueológicas. O Instituto poderia, uma vez confirmada a sua antigüidade por um naturalista de renome, passar a falar da História do Brasil e de sua colonização territorial desde a Pré-História, lançando para trás o sentimento de nacionalidade, recuando ainda a genealogia da Nação. Com os fósseis e as fontes arqueológicas, portanto, a Arqueologia praticada pelo IHGB procurou recortar os contornos geopolíticos das fronteiras do Império, ancorando-as numa indentidade sócio-cartográfica, oposta àquelas representadas pelas formas republicanas de governo da América Latina.

Mas a Arqueologia, em suas funções geoestratégicas, não somente erigiu marcos científicos, não se limitou às margens do espaço político, aos limites nacionais e regionais a serem demarcados. Atuando no interior dos territórios, devassando as regiões durante as “viagens científicas”, coube-lhe também pensar uma política indigenista de integração, uma tecnologia política capaz de civilizar, em campos de catequese e de trabalho, a futura mão-de-obra operária do Império.

Colonizar territórios, civilizar os índios: fronteiras internas

“... No futuro nenhum assunto talvez se entrelaçará tão geralmente com o desenvolvimento da riqueza e engrandecimento do Brasil como o amansamento de nossos selvagens... basta ponderar que o povoamento de quase duas terças partes de nosso território, nossas comunicações interiores e industriais importantíssimas dependem aqui, até certo ponto, do selvagem...”

(José Vieira Couto de Magalhães. 1935: 24)

“... O único favor que nos devem fazer os índios é deixarem de comer a carne humana...”

(José Bonifácio de Andrada e Silva. 2000: 72)

A discussão de uma política indigenista de integração é recorrente nas páginas da Revista do IHGB¹⁸. Após 1870, entretanto, com a acli-

18 Para uma análise da discussão de uma política indigenista nas páginas da Revista do IHGB, durante o

matação das teorias positivo-evolucionistas e dos ideais republicanos em solo nacional, pode-se notar uma articulação mais radical entre a Arqueologia e um plano de civilização dos indígenas. Neste período, dois acontecimentos não discursivos nortearam as condições de possibilidade para o pensamento arqueológico. Em primeiro lugar, a Guerra do Paraguai (1864-70), acirrando as tensões geopolíticas nas áreas circunvizinhas ao Rio da Prata, exigiu, por parte do Império, a reafirmação de suas áreas fronteiriças, como forma de garantir as vias de comunicação políticas e comerciais com as províncias do Sul do país. Em segundo, a inadiabilidade da abolição da escravatura, que impunha-se desde a década de 40, ameaçava solapar o regime produtivo assentado na grande propriedade, organizado juridicamente com a Lei de Terras de 1850. Como conseqüência, prenunciava desatar um dos laços do sistema de dominação nacional, a aliança Coroa-Grande Lavoura de Exportação. A Lei do Ventre Livre (1871), medida estratégica que visava proteger a deflagração deste impasse político, foi decretada num momento em que as lavouras agroexportadoras se expandiam para as novas áreas de fronteiras. Daí a necessidade de se definir uma política indigenista capaz de assegurar uma mão-de-obra alternativa aos braços africanos e de desobstruir as áreas agricultáveis do domínio das populações indígenas. Necessidade esta particularmente urgente, na medida em que, em 1876, os grandes proprietários de terra, descontentes com as políticas imperiais para o seu setor produtivo, organizaram o primeiro Congresso Agrícola¹⁹.

Foi neste momento de crise que o IHGB lançou mão de um grande projeto de pesquisa, intitulado *Plano para se Escrever a História, Geografia, Etnografia e Estatística de cada uma das Partes do Império (RIHGB, 40: 437-39, 1877)*, como forma de vedar as cissuras que principiavam a erodir os alicerces do projeto político centralista da Monarquia. Ora, este *Plano* “interdisciplinar”, visando dar continuidade à coleta de materiais para se produzir um saber sobre o Brasil, revela um elemento novo: a inclusão da estatística. Técnica matemática que, aplicada às populações, sobretudo as indígenas, serviria para mensurar e contabilizar os seus movimentos, o número de mortos, de doentes, a fecundidade de suas produções, os grupos hostis ao Império, etc. Numa palavra, o *Plano* orientou-se pelo biopoder, o poder que deveria exercer-se notadamente sobre a vida das populações indígenas, o poder que justificava o direito de governá-las, de aproveitá-las como classe trabalhadora, de domesticá-las para extrair força útil ao ritmo do progresso do Estado

período de estabilidade do poder monárquico, Cf. Guimarães (1988); Ferreira (1999a). Para uma outra análise das relações entre a Arqueologia evolucionista e a definição de uma política indigenista, Cf. Ferreira (1999b). Sobre política indigenista, Cf. Cunha (1986; 1992); Karasch (1992); Perrone-Moisés (1992).

19 Cf. *Congresso Agrícola de 1876*. Fundação Casa Rui Barbosa, RJ: 1988.

Imperial. O *Plano* do IHGB, por outro lado, foi coetâneo da criação de um outro campo de saber e de poder: o Museu Nacional. A reorganização de seus estatutos, em 1876, denota claramente os propósitos políticos da instituição, pois que, subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o Museu destinava-se ao estudo da História Natural, particularmente a do Brasil, sobretudo em suas “aplicações à agricultura, indústrias e artes”²⁰. Por outra, o Museu Nacional encaminhava-se, também ele, para a constituição de uma Ciência do Estado, para a formulação de um saber estreitamente vinculado aos interesses geoestratégicos do Império. Com efeito, após 1870, a Arqueologia, situada nos suportes institucionais do Museu Nacional e do IHGB, intentou assegurar a legitimidade da construção de campos de trabalho, de espaços de disciplina e treinamento, de vigilância e de normalização, espaços estratégicos através dos quais se pretendia povoar os territórios vazios de produção e exercitar os indígenas como mão-de-obra operária. Interiorizar a civilização, eis a função política a que se propôs a Arqueologia Imperial pós 1870²¹.

As regras de uso dos conceitos de artefato e sítio arqueológico é que possibilitaram, fundamentalmente, a justificação de uma política indigenista de integração. A Arqueologia Imperial, após 1870, não se vale mais da via bibliográfica, da autoridade dos clássicos greco-latinos, como critérios de suas análises. O ponto fulcral de suas interpretações, agora submetidas a um viés positivo-evolucionista, vai incidir sobre os vestígios enquanto materialidades físicas transformadas, o artefato como um elemento composto por uma matéria-prima a ser elaborada pela atividade humana. O artefato, para a Arqueologia positivo-evolucionista, é o resultado do trabalho indígena, uma tosca tecnologia, portanto, que permite a exploração do meio-ambiente. Para se ter uma idéia de como os artefatos passam a ser um dos focos centrais para as análises arqueológicas, veja-se como o Museu Nacional preocupou-se em ordená-los e classificá-los²². Charles F. Hartt (1876a; 1876b) descreveu e analisou o material lítico conservado no Museu, além de tecer considerações sobre as tangas de cerâmica indígena; Domingos Soares Ferreira Pena (1877)

20 Cf. Decreto n. 6116 de 9 de fevereiro de 1876. *Arquivos do Museu Nacional*. Vol. I, 1876. A tarefa de reorganização do Museu Nacional foi incumbida a Ladislao Neto, Diretor Geral, Diretor da Seção de Botânica e da Seção de Arqueologia. Deve-se frisar que Ladislao Neto integrou também a seção de Arqueologia do IHGB, onde, entretanto, não publicou nenhum artigo, somente comentou obras de Arqueologia e Botânica, e emitiu pareceres sobre a admissão de sócios. Cf. Pareceres. *RIHGB*, (34): 361-64, 1871; Notícia. *RIHGB*, (34): 378-80, 1871; Sessão da Assembléia Geral em 20 de dezembro de 1873. *RIHGB*, (36): 608, 1873; Sessão da Assembléia Geral em 21 de dezembro de 1874. *RIHGB*, (37): 450, 1874; Sessão da Assembléia Geral em 21 de dezembro de 1875. *RIHGB*, (38): 385, 1875; Sessão da Assembléia Geral em 21 de dezembro de 1876. *RIHGB*, (39): 462, 1876.

21 Tomando-se o conceito de processo de civilização de Norbert Elias (1993;1994), talvez se possa pensar essa interiorização em seus aspectos políticos de extensão do poder público do Estado e de sua centralização.

22 Esta preocupação com o ordenar e o classificar podem ser averiguadas no Art. 1 do Decreto n. 6116 de 9 de Fevereiro de 1876. *Arquivos do Museu Nacional*. Vol. I, 1876.

fez o mesmo com os vestígios cerâmicos dos sambaquis do Pará; Ladislao Neto (1877), por sua vez, escreveu alguns apontamentos sobre tembetás.

Os sítios arqueológicos, por seu turno, também vieram a ser objetos empíricos privilegiados pela Arqueologia. Sem eles, não se poderia angariar os artefatos, pois estes agora estão sobretudo enterrados. Não basta solicitá-los aos sócios correspondentes e aos naturalistas estrangeiros, não basta colecioná-los quando eles, por obra do acaso, aparecem na superfície. Os sítios arqueológicos são os depositários dos tesouros arqueológicos, das relíquias das tribos extintas que jazem, intocadas em seu mutismo, nos arquivos da terra. As jazidas arqueológicas devem agora ser compulsadas, devem ser escavadas para que delas se retirem os resíduos indígenas. Somente assim poder-se-á lê-los, fazê-los falar, dirigindo-se aos signos que neles estão depositados. Não foi à revelia, portanto, que Karl Rath (1871) instou o IHGB para que o acompanhasse em seus estudos sobre os sambaquis existentes no interior do país. Desta importância conferida aos sítios arqueológicos surgiram as pesquisas sobre os “montes de conchas” concretizadas por Charles Wiener (1876) e Domingos Soares Ferreira Pena (1876).

Combinados, estes objetos permitiram o desdobramento de algumas análises. Tratava-se, inicialmente, de descrever a composição geológica e geográfica do sítio arqueológico. Dava-se ênfase à sua situação topográfica, suas dimensões, sua forma, variáveis e localização no quadro de um meio-ambiente mais amplo. A tarefa, portanto, era a de caracterizar a posição do sítio no interior de uma estrutura geográfica e geológica. Este determinismo geográfico permitiu, em primeiro lugar, o entendimento da função do sítio arqueológico. Era o imperativo constringente da natureza, a força irreduzível do meio-ambiente, os caprichos das oscilações e ciclos ecológicos que conduziram as sociedades indígenas na escolha de suas moradias. Ladislao Neto (1876a), por exemplo, enfatizou que os sambaquis do Sul do Brasil eram estações de pesca, locais de ocupação esporádica das tribos do interior, que fugiam do minuíano do inverno em busca de temperatura mais amena e da pesca farta do litoral. Tal conclusão fundou-se na análise dos vestígios arqueológicos e na observação antropológica. Havia ali muitas espinhas de peixe, artefatos de pedra e de “louça” semelhantes aos encontrados no interior. Restos de fogueiras confirmam, além disso, um hábito comum destas tribos sertanejas: quando vão aos rios pescar, sobretudo à noite, os índios costumam se aconchegar ao fogo. Domingos Soares Ferreira Pena (1876) concordou com Ladislao Neto. Os sambaquis do Pará também serviram às ocupações sazonais. Vindos do interior das densas florestas, os índios, esquivando-se da umidade sufocante do verão, desciam para o litoral, acompanhando o movimento decrescente das águas e a

imigração dos animais. Assentavam ali suas “malocas” temporárias. Também aqui os artefatos e a Antropologia lastraram a conclusão. Os materiais rústicos dos sambaquis mostram bem que estes índios são selvagens, viviam da caça, não conheciam nem ao menos os rudimentos da agricultura. Daí eles serem impingidos pela implacabilidade da natureza, migrando de uma região para outra, enterrando seus mortos ao sabor das idas e vindas, misturados entre as conchas amontoadas, sob o chão que dormiam. A repugnância deste costume, sem dúvidas, mostra que o povo que deu origem aos sambaquis é realmente selvagem. Em segundo lugar, as observações geológicas dos sítios arqueológicos embasaram a fixação de uma cronologia sobre o povoamento do Brasil. Ora, os artefatos estão agora encravados num depósito sedimentar, instalados num tempo geológico. Os artefatos, agora, estampam um calendário. Podia-se, portanto, determinar a antigüidade da tribo tomando-se por base a camada geológica em que eles se encontravam. Assim, Wiener (1876) calculou que os sambaquis tinham dois ou três séculos. Domingos Soares Ferreira Pena (1876) não se aventurou a fixar uma cronologia, pois, segundo ele, os sambaquis do Pará encontravam-se extremamente erodidos devido à ação eólica e do relevo. José Vieira Couto de Magalhães (1873; 1935), por seu turno, datou a primeira imigração para o Brasil no período da “Pedra Polida”, mais especificamente no “Paleolítico Superior”, de acordo com os instrumentos localizados nos mais antigos sedimentos da época quaternária. Deste modo, esta imigração situar-se-ia a cem mil anos atrás. Sendo os selvagens brasileiros filhos da imigração, efetuada depois que transpuseram, em outro continente, o primeiro estágio da civilização, Vieira Couto lamenta a ausência de coleções de artefatos no Brasil. Estas, se ligadas a suas devidas estruturas geológicas, se não coletadas erradamente, permitiriam o estabelecimento de uma cronologia da imigração originária e, nesta direção, fundamentariam a antigüidade do território brasileiro.

As análises empírico-descritivas dos artefatos seguiam princípios similares aos da História Natural e da Geologia. Tentava-se isolar, por meio do pormenor descritivo, as identidades e diferenças dos artefatos — assim como se procedia com a natureza das plantas e dos animais, com as formações geológicas e geográficas²³. Feita esta tarefa, podia-se avaliar o teor civilizacional dos indígenas. Já se viu como Domingos Soares Ferreira Pena (1876), combinando determinismo geográfico e análise dos artefatos, classificou os indígenas como selvagens, povos ignorantes do saber agrícola. Neste ponto, as análises de Ferreira Pena

23 Para um exemplo deste tipo de análise no campo da Geologia, Cf. Derby (1877); para o campo da História Natural, Cf. Neto (1876b); no que tange à Arqueologia, Cf. Hartt (1876a; 1876b); Pena (1877); Neto (1877).

convergem com as de José Vieira Couto de Magalhães (1873; 1935). Também este autor, analisando os vestígios, percebeu que alguns deles indicavam a existência de populações que não passaram por nenhum período de civilização, que não conheceram nem ao menos a agricultura. Não haveria razões, portanto, para deixá-los viver nos extensos e férteis territórios do Norte e Centro-Oeste do país sem colonizá-los. O Estado Imperial deveria, assim, tomar para si a tarefa de salvá-los de sua subjugação brutal à natureza, deveria incluí-los no plano da civilização, deveria ensiná-los a plantar e a colher os frutos da terra, os frutos do trabalho agrícola. As amplas fronteiras regionais teriam que ceder ao ímpeto do progresso, teriam que render-se à monocultura do café ou de outros gêneros. Era preciso, portanto, integrar os indígenas e suas terras aos interesses administrativos e econômicos do Império.

Era preciso formular uma política indigenista que interiorizasse a civilização. Até porque alguns povos detinham costumes abjetos. Seus ancestrais, por meio da tradição oral, haviam-lhes irremediavelmente transmitido por herança. Wiener (1876), por exemplo, a partir do exame das evidências ósseas fornecidas pelos esqueletos humanos, mostra como alguns deles estavam friáveis, calcinados e incompletos. Só poderiam ser então restos de refeições, pois a carne humana era muito apreciada pelos índios dos sambaquis, eram eles um povo que via em seu semelhante somente um objeto de alimentação. Domingos Soares Ferreira Pena (1876: 88) não concordou com Wiener. Os sambaquis do Pará, afinal, revelaram esqueletos completos e, ademais, os indígenas comiam, sim, carne humana, mas só a dos seus inimigos, para satisfazerem o seu excessivo ódio e extraordinário espírito de vingança. Mas, além da antropofagia, os indígenas possuem outros costumes repugnantes. Os índios dos sambaquis enterram os seus mortos no mesmo solo onde dormem, entre vestígios alimentares, no meio do lixo e o mais próximo possível do pai, irmão, mãe, filho e mulher do falecido (WIENER: 1876). Sim, se o Império quer interiorizar a civilização, deve domesticar os indígenas, fazê-los conviver com os brancos, inculcá-los costumes nobres, livrá-los da antropofagia. Contudo, nem tudo está perdido. Manoel Gonçalves Tocantins (1876), estudando o cotidiano da sociedade que produziu as relíquias da “cultura marajoara”, analisando-as meticulosamente, enfatizou que o povo que as fabricou era bastante adiantado na indústria cerâmica. Podia-se, inclusive, levá-las para as grandes Exposições Universais, onde elas evidenciarão que o Império possui uma gênese histórica fundada sobre uma cultura sofisticada. Nem tudo está perdido. Algumas tribos sujeitam-se com mais facilidade às normas de uma política indigenista, pois que já estão habituadas ao labor e ao esmero industrial.

A obra paradigmática para a definição de uma política indigenista é

a do General José Vieira Couto de Magalhães. Intelectual produtivo, o Barão de Corumbá participou ativamente das pesquisas arqueológicas e antropológicas do IHGB, onde seus textos eram lidos e comentados²⁴. O seu *Ensaio de Antropologia* (1873) foi reescrito e deu lugar a *O Selvagem* (1935), livro diretamente encomendado por D. Pedro II para figurar na Exposição Universal da Filadélfia, em 1876²⁵. Livro, portanto, eminentemente político, que deveria representar o Brasil diante das nações civilizadas da Europa e da América do Norte, dando-lhe uma imagem e um texto sobre o país e os seus selvagens. Mais do que isso, contudo, o objetivo de Vieira Couto era o de tornar útil o seu livro²⁶, tecendo um plano de civilização dos indígenas que impedisse, no futuro, despesas colossais com a colonização dos sertões do Brasil e a continuidade do derramamento de sangue dos selvagens. Evitar o imposto do sangue indígena como tributo para o povoamento do interior do Brasil, tal é a tarefa a que se entregou o Barão antropólogo.

O General José Vieira Couto segue de perto o projeto de política indigenista apresentado por José Bonifácio de Andrada e Silva (2000), em 1823, à Assembléia Constituinte. O que os diferencia, contudo, é que Vieira Couto parte de experiências em aldeamentos indígenas em Mato Grosso e Goiás²⁷, sobretudo na região do Araguaia, onde pôde, através dos contatos com as populações indígenas, tornar-se um componente lingüista, fazer suas pesquisas antropológicas e arqueológicas e, além disso, colocar em prática os seus postulados para a civilização dos indígenas (Cf. *O selvagem*: 1935: 9-11). Daí a explicitação precisa de seus objetivos geoestratégicos. Em primeiro lugar, o de conquistar duas terças partes do território brasileiro, que não podiam ainda ser pacificamente povoados devido à presença dos indígenas, e, assim, garantir as comunicações interiores com as duas bacias do Prata e do Amazonas, dos rios Negro e Branco. Noutros termos, assegurar a ocupação de fronteiras vitais para a unidade política e física do Império e, por conseguinte, abrir estradas para as comunicações com o Peru, a Bolívia e as Guianas Francesa e Holandesa. Em segundo lugar, Vieira Couto pretendia adquirir mais “um milhão de braços aclimatados” e úteis às indústrias agropecuárias e de transportes. Os braços indígenas seriam mais propícios para interiorizar a civilização, a única raça apta para desbravar e

24 Cf. 4ª Sessão em 25 de julho de 1873. *RIHGB*, (36): 563, 1873; 5ª Sessão em 7 de junho de 1876. *RIHGB*, (39): 377-86, 1876; 8ª Sessão em 18 de agosto de 1876. *RIHGB*, (39): 400, 1876.

25 Valho-me aqui da segunda edição do livro (1935), organizada pelo sobrinho do autor.

26 Assim o diz Vieira Couto: “...É o fim prático, leitor, que vos peço que tenhais em vista, quando julgardes este trabalho...” (1935: 14)

27 Vieira Couto foi Presidente das Províncias do Pará e do Mato Grosso (1862-68). Para detalhes biográficos, inclusive sobre sua participação na Guerra do Paraguai e de como ele foi perseguido por Floriano Peixoto durante o regime republicano, Cf. *Dicionário de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiro*. RJ: IHGB, Vol III: 1993, 53-55.

povoar as terras virgens, prepará-las para a futura chegada dos colonos brancos estrangeiros. O indígena deveria ser o predecessor natural da raça branca; a importação dos estrangeiros, a princípio, serviria somente para as terras já habitadas pela civilização. Povoar o Brasil, para José Vieira Couto, não significava somente importar colonos estrangeiros: a imigração nada resolveria se o “Grande Sertão Interior” não fosse antes trabalhado pelo indígena, se, antes de mais nada, os germes da civilização não fossem lançados nos territórios ainda inóspitos e selvagens. Germinados os rudimentos de civilização, frutificados os seus preceitos, restaria misturar o sangue indígena ao sangue do colono, miscigená-los e assim fortalecer as fibras da futura mão-de-obra operária do Brasil. Um elogio à miscigenação, anterior e em outros que não aqueles manifestados por Gilberto Freyre, é o que se encontra em *O Selvagem*.

Os meios práticos consignados para o amansamento dos indígenas dispunham-se em três eixos: Colônia Militar, Intérprete, Missões Religiosas. Sem alijar as ordens religiosas do empreendimento, José Vieira Couto, comungando do projeto legislativo de José Bonifácio, reativando-o, reservava ao Estado um papel central na gerência sobre os trabalhos nos aldeamentos. A política indigenista de Vieira Couto estava centrada nos Ministérios da Agricultura e da Guerra (Cf. *O Selvagem*, 1935: p. 14), cabendo às ordens religiosas somente as técnicas de docilidade, a catequese religiosa das almas naturalmente guerreiras dos indígenas. Os aldeamentos indígenas deveriam constituir-se, na verdade, em Colônias Militares, em espaços de vigilância e disciplina. Foram pensados como uma espécie de “Panopticon tropical”, integrados por um corpo de soldados intérpretes, prontos a ensinar aos índios a ler e a escrever, os ofícios de ferreiro e carpinteiro. Uma Colônia Militar pronta para coibir qualquer conflito, qualquer prenúncio de desordem, qualquer indício de revolta por parte dos indígenas. Ao corpo do Exército, a condução do trabalho, da disciplina, da vigilância, a pacificação das sublevações e a prisão dos revoltosos; às ordens religiosas, as festas de santos, as recreações e os jogos, o controle do uso da cachaça, a inculcação da candura e do exemplo cristão, o abrandamento da moral e a retenção dos instintos belicosos. Mas, de qualquer forma, para prevenir as situações de risco, para manter o controle e ter uma estatística regular dos progressos e produtividades dos aldeamentos, manter um registro estrito do cotidiano, uma lista nominal por famílias e por idades, anotando nela as aptidões e o caráter de cada um. É toda uma tecnologia de dominação que se desenha nas Colônias Militares, o lento amansamento das populações indígenas, a lenta transformação dos corpos através da mudança dos hábitos alimentares, da ginástica e do exercício e, até mesmo, introduzindo-se, paulatinamente, o uso de fardas militares que viriam a substituir os ornamentos, as pinturas e as plumagens.

O Selvagem (1935) é justamente um preparatório para a efetivação destas Colônias Militares. É um grande “Manual” sobre os selvagens, a ser lido pelos soldados e missionários que interiorizariam a civilização, que auxiliariam o povoamento dos Sertões. Daí a divisão da obra. A segunda parte contém um Curso de Língua Geral dos indígenas, o tupi, por meio do qual poder-se-ia criar um corpo de intérpretes, capacitando-os para os contatos a serem realizados com os selvagens a fim de se trazê-los para as Colônias, ensinar-lhes o português, a ler e a escrever, ministrar-lhes adequadamente os ofícios. O aprendizado do tupi, portanto, serviria tanto para as técnicas de persuasão — seduzir os índios para o convívio civilizacional na Colônias Militares —, quanto para as técnicas disciplinares — domesticar os índios por meio do trabalho e da leitura, amansá-los através da pedagogia da oficina e da escola. A primeira parte, por sua vez, fornece aos soldados colonizadores o universo cultural dos indígenas, sua origem, religião, os grupos que dominam a agricultura e o fogo e os que não dominam, relações de parentesco, lendas e mitologias. Em suma, a pedagogia necessária ao comércio de uma alteridade vantajosa, que facilitasse os contatos, ensinando aos soldados e aos missionários o *como* e o *porquê* dos comportamentos indígenas, sua capacidade de civilização e aprendizado, suas inclinações morais e psicológicas. Numa palavra, conhecê-los para dominá-los.

Conclusão

A Arqueologia pós-processual, já há algumas décadas, tem enfatizado que o discurso arqueológico é socialmente construído, argumentando que toda interpretação do passado e a expressão museológica de seu conteúdo remete a escolhas que são dos pesquisadores e das instituições em que se praticam as pesquisas. Por outro lado, tem também enfatizado a importância da função dos artefatos na criação e manipulação de significados sociais, especialmente nos contextos de sustentação ou contestação ao poder social. Em suma, tem estado atenta ao estudo das relações de poder, das práticas simbólicas e culturais como fundamentos do poder político. Entre nós, o focar-se sobre as relações de poder bem pode ser o objeto da Arqueologia não só em suas pesquisas sobre as sociedades pretéritas, mas também naquelas em que a disciplina volta-se sobre si mesma, nos estudos de História da Arqueologia brasileira. Algo que, aliás, já se faz alhures, na Europa e na América do Norte (DANIEL: 1981; TRIGGER: 1990; DÍAZ-ANDREU: 1999). Tais estudos históricos, entretanto, não devem ser o reconhecimento, no tempo histórico, da objetividade e do progresso da disciplina, a reconstituição de uma verdade num desenvolvimento histórico contínuo, o resultado da apreensão de um saber através do conceito atual que se tem

dele²⁸. Não se deve incorrer em anacronismo, e sim entender os diferentes projetos políticos e intelectuais que recobriram a unidade discursiva hoje conceituada como Arqueologia.

E é justamente o entendimento desta diferença que nos permite firmarmos nossas pesquisas numa genealogia do presente. É o que permite orientar o pensamento pela heterotopia, a medir a distância entre o nosso presente e ele mesmo, entre o nosso lugar e ele mesmo, entre o nosso *topos* e ele mesmo. Afinal, a construção da idéia de Brasil, os traços de seus contornos geopolíticos e de sua unidade política e territorial, continua a ser o palco onde se dão os conflitos sociais, onde se continua a encenar as lutas sociais que colocam em xeque a integração nacional e federativa da Nação. O Brasil, produto de uma tecelagem discursiva, histórica e social, apresenta-se hoje como um problema, diante de uma História que parecia sem rupturas, diante das dificuldades de se vê-la e falá-la da mesma forma. Das fronteiras nacionais que nos marcam e nos demarcam, dos seus espaços que se nos afiguram como contínuos, inteiriços e naturais, podemos rastrear a História de suas linhas de constituição, deparando-nos com os projetos intelectuais e políticos que as fizeram aflorar e cristalizar, com as lutas e os embates a que eles deram lugar.

Ora, em torno destas mesmas fronteiras, deste “mesmo Brasil”, ainda se processam as lutas pelo domínio de seu território, em nome do qual os indígenas continuam a ser excluídos e exterminados (Cf. ANTE-NORE: 1999; NATALI: 1999). A festa identitária da Comemoração dos 500 anos do Brasil mostrou de sobejo qual é o lugar dos índios na identidade brasileira, estes “outros brasileiros” que, durante a Marcha Indígena 2000, foram tratados a cassetetes e bombas de “efeito moral” (Cf. *Folha de São Paulo*. 23.04.2000). Mas eis que a reação se anuncia: os embates pela demarcação das terras indígenas têm levado os Caiapós a seqüestrar pescadores que adentram as suas reservas (Cf. *O Estado de São Paulo*. 07.08.2000), os Pataxós a invadir fazendas (Cf. *Folha de São Paulo*. 26.08.2000). E a questão, delicada, permanece: o que fazer com estes “outros brasileiros”, cercá-los num arame farpado, distantes de nós, distantes da civilização? Concentrá-los numa Colônia Militar, como queria o General José Vieira Couto de Magalhães? Daí o exercício da heterotopia ser salutar, pois que se a Arqueologia Imperial procurou legitimar fronteiras geopolíticas, se ajudou a preparar o campo da batalha, também pensou, como ainda hoje em nosso presente se pensa, em integrá-los à Nação. O General Vieira Couto dizia, num discurso que lembra o de Euclides da Cunha (1981) ao falar sobre os sertanejos²⁹, que “quais-

28 Sobre a visão retrospectiva de um objeto histórico gestado no presente, Cf. Foucault (1998); Nietzsche (1996).

29 Assim pronunciou-se o autor de *Os Sertões* (1981: 5): “...Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o

quer despesas que fizermos agora para assimilar os selvagens na nossa sociedade, serão incomparavelmente menores do que as que teremos de fazer, se, por não prestarmos atenção no assunto, formos forçados a exterminá-los” (1935: 33). E a questão, de fato, em outros termos, agora eivados por um discurso pretensamente democrático, permanece. Não faz muito tempo, numa conferência sobre política indigenista proferida para o Exército, o decano cientista político, ex-ministro da Ciência e Tecnologia do Governo Collor, e ex-conselheiro de Fernando Henrique Cardoso à campanha presidencial de 1994, o Dr. Hélio Jaguaribe (1994: 3), afirmou que “o destino histórico do índio brasileiro é deixar de ser índio e se tornar um cidadão brasileiro”.

O discurso oficial de hoje parece declamar, em surdina, uma paráfrase de José Bonifácio: — O único favor que nos devem fazer os índios é o de se contentarem com as terras que lhes damos!

BIBLIOGRAFIA

- ANTENORE, A. 1999. Justiça interdita 60 Km quadrados por índio. *Folha de São Paulo*, 7 de março de 1999, p. 13 (Brasil).
- AZEVEDO, F (org.). 1956. *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 2 Vol.
- AZEVEDO, F. 1956. A antropologia e a sociologia no Brasil, In: AZEVEDO, F. *As Ciências no Brasil*. SP: Melhoramentos, Vol II, p. 353-99.
- BARRETO, M. V. 1992. História da pesquisa arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, (8): 203-93.
- BARRETO, C. 1999. Arqueologia Brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNÝ, I. Anais da I Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3: 201-212.
- BARRETO, C. 1999/2000. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista da USP*, (44): 32-51.
- BOURDIEU, P. 1998. *O Poder Simbólico*. RJ: Bertrand Brasil.
- CHARTIER, R. 1990. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.
- CHARTIER, R. 1999. *A Ordem dos Livros*. Brasília: Editora da UNB.
- CUNHA, Euclides da. 1981. *Os Sertões*. 31 ed. RJ: Francisco Alves
- CUNHA, M. C. 1986. Pensar os índios: apontamentos José Bonifácio, In: CUNHA, M. C. *Antropologia do Brasil*. SP: Brasiliense/Edusp.
- CUNHA, M. C. 1992. Política indigenista no século XIX, In: CUNHA, M.C. (org) *História dos Índios no Brasil*. SP: Companhia das Letras.
- DANIEL, G. E. (ed.) 1981. *Towards a History of Archaeology*. London: Thames and Hudson.
- DERBY, O. A. 1877. Contribuições para a geologia do Baixo Amazonas. *Arquivos do Museu Nacional*, (2): 73-104

olhar dos futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexos e fatores múltiplos e diversamente combinados, aliadas às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização...”

- DÍAZ-ANDREU, M. 1999. Nacionalismo y arqueología: del Viejo al Nuevo Mundo. In: FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNÝ, I. Anais da I Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3: 161-180.
- ELIAS, N. 1993. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. RJ: Zahar, Vol I.
- ELIAS, N. 1994. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. RJ: Zahar, Vol II.
- FAORO, R. 2000. *Os Donos do Poder*. SP: Globo/Publifolha, 2 Vol I.
- FERRAZ, J. de S. A. 1956. Meteorologia no Brasil, In: AZEVEDO, F. *As Ciências no Brasil*. SP: Melhoramentos, Vol I, P. 203-42.
- FERREIRA, L. M. 1999a. Vestígios de Civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). *Revista de História Regional*, 4(1): 9-36.
- FERREIRA, L. M. 1999b. "Um bando de idéias novas" na Arqueologia (1870-77). *Revista Diálogos* (no Prelo).
- FERRI, M. G. & MOTOYAMA, S. (orgs.). 1979-1981. *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Edusp, 3 Vol.
- FOUCAULT, M. 1973. *El Orden del Discurso*. Barcelona: Tusquets Editor.
- FOUCAULT, M. 1986. *A Arqueologia do Saber*. RJ: Forense Universitária.
- FOUCAULT, M. 1987. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, M. 1988. *História da Sexualidade (A Vontade de Saber)*. RJ: Graal.
- FOUCAULT, M. 1995. *As Palavras e as Coisas*. SP: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. 1998. *O Nascimento da Clínica*. RJ: Forense Universitária.
- FOUCAULT, M. 1999. *Em Defesa da Sociedade*. SP: Martins Fontes.
- FUNARI, P. P. A. 1989. Brazilian Archaeology and World Archaeology: Some Remarks. *World Archaeological Bulletin*, (3): 60-68, 1989.
- FUNARI, P. P. A. 1991. Archaeology in Brazil: Politics and Scholarship at a Crossroads. *World Archaeological Bulletin*, (5): 123-132.
- FUNARI, P. P. A. 1994. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. UNICAMP/IFCH, (1): 23-41.
- FUNARI, P. P. A. 1995. Mixed Features of Archaeological Theory in Brazil, In: UCKO, P. (ed.). *Theory in Archaeology (A World Perspective)*. London: Routledge, 237-250.
- FUNARI, P. P. A. 1998. Arqueologia, história e arqueologia histórica no contexto sul-americano, In: Funari, P. P. A. (org). *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas: IFCH, 7-34.
- FUNARI, P. P. A. 1999a. Western Influences in the Archaeological Thought in Brazil. South Africa: *World Archaeological Congress 4*, 13 p.
- FUNARI, P. P. A. 1999b. Brazilian Archaeology: A Reappraisal, In: POLITIS, G. & ALBERTI, B. *Archaeology in Latin America*. London: Routledge, 16-37.
- FUNARI, P. P. A. 1999/2000. Como se tornar arqueólogo no Brasil. *Revista da USP*, (44): 74-85.
- GEERTZ, C. 1992. *Negara: O Estado Teatro no Século XIX*. RJ: Bertrand Brasil.
- GUIMARÃES, M. L. S. 1988. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, (1) 5-21.
- HARTT, C. 1876a. Nota: Sobre algumas tangas de barro cosido dos antigos indígenas da Ilha de Marajó. *Arquivos do Museu Nacional*, (1): 21-21.
- HARTT, C. 1876b. Descrição dos objetos de pedra de origem indígena conservados no Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional*, (1): 45-53.
- HODDER, I. 1992. *Theory and Practice in Archaeology*. London: Routledge.
- JAGUARIBE, H. 1994. O jardim antropológico dos neolíticos. *Folha de São Paulo*, 02.09.1994, p. 3 (Brasil).
- JONES, S. 1997. *The Archaeology of Ethnicity*. London: Routledge.

- KARASCH, M. 1992. Catequese e cativo: Política indigenista em Goiás (1780-1889), In: CUNHA, M. C. (org.). *História dos Índios no Brasil*. SP: Companhia das Letras.
- LACAPRA, D. 1985. *History and Criticism*. Ithaca/London: Cornell U. P.
- LACAPRA, D. 1989. *Rethinking Intellectual History*. New York: Cambridge Press.
- MAGALHÃES, J. V. C. de. 1873. Ensaio de antropologia. *RIHGB*, (36): 359-516.
- MAGALHÃES, José Vieira Couto de. 1935. *O Selvagem*. SP: Companhia Editora Nacional.
- MARTIUS, K. F. P. von. 1844. Como se deve escrever a História do Brasil. *RIHGB*, (6): 389-411.
- MICELI, S. (org.). 1989. *História das Ciências Sociais no Brasil*. SP: Idesp, 3 Vol.
- NATALI, J. B. 1999. Esterilização de índias é investigada na Bahia. *Folha de São Paulo*, 23 de maio de 1999, p. 18 (Brasil).
- NETO, L. 1876a. Instruções a C. Wiener pelo Dr. Ladislao Neto. *Arquivos do Museu Nacional*, (1): 2 p.
- NETO, L. 1876b. Sobre a evolução morfológica dos tecidos nos caules sarmentosos. *Arquivos do Museu Nacional*, (1): 133-144.
- NETO, L. 1877. Apontamentos sobre os tembetás da Coleção Arqueológica do Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional*, (2): 105-63.
- NEVES, E. G. 1999/2000. O velho e o novo na arqueologia amazônica. *Revista da USP*, (44): 86-111.
- NEVES, W. 1988. Arqueologia brasileira - algumas considerações. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 4(2): 200-05.
- NEVES, W. 1999/2000. Antes de Cabral: a arqueologia e a sociodiversidade do passado. *Revista da USP*, (44): 6-9.
- NIETZSCHE, F. 1996. Da utilidade e desvantagem do estudo da História para a vida. In: *NIETZSCHE*. SP: Abril Cultural (Col. "Os Pensadores"), 273-288.
- NOELLI, F. S. 1999/2000. A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas - 1972-2000. *Revista da USP*, (44): 218-269.
- PENA, D. S. F. 1876. Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. *Arquivos do Museu Nacional*, (1): 85-89.
- PENA, D. S. F. 1877. Apontamentos sobre os cerâmios do Pará. *Arquivos do Museu Nacional*, (2): 47-76.
- PERRONE-MOISÉS, B. 1992. Índios livres e índios escravos (séculos XVI e XVIII), In: CUNHA, M. C. *História dos Índios no Brasil*. SP: Companhia das Letras.
- PONTES, R. de S. S. 1841. Quais os meios de que se deve lançar mão para se obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil? *RIHGB*, (3): 149-157.
- POPPINO, R. E. 1953. A Century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *The Hispanic American Historical Review*, 33 (2): 307-32.
- PROUS, A. 1992. História da pesquisa e da bibliografia arqueológica no Brasil, In: *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora da UNB, 5-23.
- RATH, K. 1871. Notícia etnológica de um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do Dilúvio Universal. *RIHGB*, (34): 287-92.
- REIS, J. A. 1999. Arqueologia dos buracos de Burge. *Coletânea CCHA: Cultura e Saber*. Universidade Caxias do Sul, 3 (2): 77-98.
- SAHLINS, M. 1990. *Ilhas de História*. RJ: Zahar.
- SCHWARCZ, L. M. 1993. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)*. SP: Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, L. M. 1998. Um Monarca nos Trópicos: o IHGB, a Academia Real de Belas Artes e o Colégio Pedro II, In: *As Barbas do Imperador*. SP: Companhia das Letras, 125-58.

- SHANKS, M. & TILLEY, C. 1987. *Social Theory and Archaeology*. Cambridge: Polity Press.
- SILVA, J. Bonifácio de A. 2000. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil, In: SILVA, J. Bonifácio de A. *Projetos para o Brasil*. SP: Globo/Publi-folha.
- TOCANTINS, A. M. G. 1876. Relíquias de uma tribo extinta. *RIHGB*, (39): 51-64.
- TRIGGER, B. G. 1990. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge U. P.
- WEHELING, A (org.). 1989. Origens do IHGB: *idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. RJ: IHGB.
- WIENER, C. 1876. Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*, (1): 2-20.

Agradecimentos

À Fapesp, por estar financiando esta pesquisa. E também aos seguintes colegas, que leram a versão inicial deste artigo, ajudando-me a melhorá-lo: Célia M. Marinho de Azevedo, Pedro Paulo A. Funari, Francisco Noelli e José Alberione dos Reis.

Para Edivânia e para o Diniz